



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

LEI Nº 913/2022 , DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022.

“Dispõe sobre atualização dos anexos das Leis Municipais nº 882/2021 – PPA 2022/2025 e Lei 904/2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências”.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso de suas atribuições legais, *FAZ SABER* que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte Lei:

Art. 1º- Para atendimento às obrigações legais quanto a compatibilidade das peças de Planejamento, os anexos das **Leis Municipais nº 882/2021 – Plano Plurianual**, para o quadriênio 2022 à 2025, e **Lei 904/2022 – Lei de Diretrizes Orçamentárias**, para o exercício financeiro de 2023, passam a vigorar nos termos dos relatórios contidos nos itens I e II desta lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 13 de dezembro de 2022.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Fones: (65) 3225-1181 - 3225-1139 - Telefax: (65) 3225-1350

Av. 13 de Maio, nº 555 - CEP 78.240-000 - Porto Esperidião - Mato Grosso
E-mail: pmpesper@terra.com.br Site: portoesperdiao.mt.gov.br

§3º A ciência expressa do auto de infração deve ocorrer pessoalmente, por via postal, com aviso de recebimento – AR, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da identificação do interessado.

§4º O auto de infração não poderá conter emendas, rasuras ou omissões, sob pena de invalidade.

Art. 20 No exercício de suas atividades, o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal de Porto Esperidião-MT deverá notificar ao Serviço de Defesa Sanitária local, sobre as enfermidades passíveis de aplicação de medidas sanitárias.

Art. 21 As regaras estabelecidas nesta Lei têm por objetivo garantir a proteção da saúde da população, a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária dos produtos de origem animal destinados aos consumidores.

§1º Os produtores rurais, industriais, distribuidores, cooperativas e associações industriais e agroindustriais, e quaisquer outros operadores do agronegócio são responsáveis pela garantia da inocuidade e qualidade dos produtos de origem animal.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22 Compete ao Poder Executivo fixar e arrecadar, as taxas de serviços de vigilância e inspeção de produtos de origem animal.

Parágrafo único – os recursos financeiros necessários à implementação da presente Lei e do Serviço de Inspeção Municipal serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretaria Municipal de Agricultura, constantes no Orçamento do Município de Porto Esperidião.

Art. 23 – Fica revogada a Lei nº 645, de 17 de junho de 2014.

Art. 24 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião/MT, 13 de dezembro de 2022.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA - Nº. 016/2022– SME PORTO ESPERIDIÃO, 13 DE DEZEMBRO DE 2022.

PORTARIA - Nº. 016/2022– SME Porto Esperidião, 13 de dezembro de 2022.

“Dispõe Acréscimo de parágrafos no artigo 5º da Portaria 015/2022 que dispõe sobre o processo de escolha de Coordenadores das escolas da Rede Pública Municipal para o ano de letivo de 2023”.

A Secretária Municipal de Educação no uso de suas competências e com base nos princípios da Gestão Democrática, emanados da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei Federal nº. 9.394/96 – LDB, da Lei Federal 14113/2022 e da Lei Municipal nº 753/2017.

Resolve:

Art. 1º - Acrescenta ao Artigo 5º os seguintes parágrafos:

§ 3º – Nas unidades escolares que atenderão somente anos iniciais do ensino fundamental, **obrigatoriamente** deverá dar prioridade a candidatura de professores pedagogos. Caso não consiga a candidatura de dois professores pedagogos, aplica-se o disposto do § 1º desse artigo.

§ 4º – Nas unidades escolares que atenderão anos iniciais e anos finais do ensino fundamental deverá **obrigatoriamente** pelo menos uma vaga ser ocupada por um professor pedagogo.

Artigo 9º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Esperidião-MT, 13 de dezembro de 2022.

Rosimar Helena Rodrigues

Secretária Municipal de Educação

Portaria 006/2021

GABINETE LEI Nº 913/2022 , DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022.

“Dispõe sobre atualização dos anexos das Leis Municipais nº 882/2021 – PPA 2022/2025 e Lei 904/2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências”.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara de Vereadores APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º- Para atendimento às obrigações legais quanto a compatibilidade das peças de Planejamento, os anexos das **Leis Municipais nº 882/2021 – Plano Plurianual**, para o quadriênio 2022 à 2025, e **Lei 904/2022 – Lei de Diretrizes Orçamentárias**, para o exercício financeiro de 2023, passam a vigorar nos termos dos relatórios contidos nos itens I e II desta lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 13 de dezembro de 2022.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA - Nº. 015/2022– SME PORTO ESPERIDIÃO, 08 DE DEZEMBRO DE 2022.

PORTARIA - Nº. 015/2022– SME Porto Esperidião, 08 de dezembro de 2022.

“Dispõe sobre o processo de escolha de Coordenadores das escolas da Rede Pública Municipal para o ano de letivo de 2023”.

O Secretário Municipal de Educação no uso de suas competências e com base nos princípios da Gestão Democrática, emanados da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei Federal nº. 9.394/96 – LDB, da Lei Federal 14113/2022 e da Lei Municipal nº 753/2017.

Resolve:

Art. 1º - Regular o ato de escolha de Coordenadores das Escolas da Rede Pública Municipal.

§ 1º - O número de coordenadores será determinado de acordo com o número de alunos matriculados no ano letivo vigente, obedecendo aos seguintes critérios: (Alteração feita pela Lei Municipal 753 de 18/04/2017)

a) – Para escolas com até 150 alunos não haverá escolha de Coordenador;

b) – Para escolas com o limite entre 151 a 300 alunos será eleito 01 Coordenador;

c) – Para escolas com mais de 300 alunos serão eleitos 02 Coordenadores;

§ 2º - O Coordenador cumprirá jornada com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e perceberá, pelo exercício da função, o valor correspondente ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento básico correspondente à jornada de 30 (trinta) horas semanais, nas Unidades Escolas que tenham apenas 01 (um) período, e nas Unidades Escolas que tenham 02 (dois) períodos, o Coordenador perceberá, o valor correspondente ao percentual de 38% (trinta e oito por cento) de acréscimo sobre o vencimento básico correspondente à jornada de 30 (trinta) horas semanais.

Artigo 2º - Compete à Secretaria Municipal da Educação:

I - Tomar as providências necessárias para o correto cumprimento desta Portaria;

II - Solucionar os casos omissos.